



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC:

SECRETARIA: Secretaria da Administração Penitenciária

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

EMENTA: Assistência religiosa e humanitária em presídios. Legislação e entidades participantes. Incompletude das informações fornecidas. Provimento recursal.

DECISÃO OGE/LAI nº 238/2017

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria da Administração Penitenciária, número SIC em epígrafe, para acesso a: (i) Resolução SAP nº 69; (ii) legislação sobre execução de projetos sociais; (iii) relação de organizações da sociedade civil que realizam projetos sociais, educacionais e de pesquisa dentro das unidades prisionais da Capital de São Paulo, e quais projetos são realizados por quais organizações em cada unidade prisional; (iv) critérios de rejeição do credenciamento de pessoas físicas para a realização dessas atividades no Estado, bem como os dispositivos legais que regulamentam a questão.
2. Em resposta, foram enviadas as normas requeridas sobre a prestação de projetos sociais e educacionais nas unidades prisionais, além de outros esclarecimentos. O silêncio em recurso ensejou o presente apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, a Secretaria quedou-se inerte.
4. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXIII, assegura ao cidadão o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse, público ou particular. A Lei nº 12.527/2011, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052/2012, veio dar concretude a esse direito, bem como ao princípio da publicidade, a iluminar todos os atos da administração pública, buscando assegurar o acesso a dados, documentos e informações disponíveis e custodiadas pelo Estado, nos termos do artigo 11.
5. No caso concreto em análise, verifica-se que a solicitante formulou seu pedido de acesso em quatro itens distintos, sendo que apenas os dois primeiros foram atendidos, nos termos do artigo 11 da Lei de Acesso à Informação, relativos à legislação referente à prestação de projetos sociais, educacionais e de pesquisa nos presídios, deixando de se manifestar sobre o restante dos questionamentos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Assiste, portanto, razão ao recorrente, na medida em que as informações fornecidas não atendem integralmente ao quanto solicitado – relação de organizações da sociedade civil que realizam projetos sociais, educacionais e de pesquisa dentro das unidades prisionais da Capital de São Paulo e quais projetos são realizados por quais organizações em cada unidade prisional, bem como os critérios de rejeição do credenciamento de pessoas físicas para a realização dessas atividades no Estado e os dispositivos legais que regulamentam a questão – sem justificativa para a incompletude das informações, configurando-se, assim, a hipótese de provimento recursal prevista no artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012.
7. Diante do exposto, em razão da falta de adequado atendimento da demanda até o presente momento, **conheço do recurso** e, no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei de Acesso à Informação, e artigo 20, I, do Decreto n. 58.052/2012, devendo o ente, nos termos do §2º daquele artigo, adotar as providências necessárias com vistas a dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência dos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 25 de outubro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO